

REVISTA INTERNACIONAL
CONSINTER
DE DIREITO

*Publicação Semestral Oficial do
Conselho Internacional de Estudos
Contemporâneos em Pós-Graduação*

ANO VII – NÚMERO XIII

2º SEMESTRE 2021

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO, ANO VII, N. XIII, 2º SEM. 2021



Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Tel: +351 223 710 600
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Home page: revistaconsinter.com

E-mail: internacional@jurua.net

ISSN: 2183-6396-00013

Depósito Legal: 398849/15

DOI: 10.19135/revista.consinter.00013.00

Editor:

David Vallespín Pérez

Catedrático de Derecho Procesal de la Universitat de Barcelona. Su actividad docente abarca tanto los estudios de Grado como los de Doctorado. Ha realizado enriquecedoras estancias de investigación en prestigiosas Universidades Europeas (Milán, Bolonia, Florencia, Gante y Bruselas).

Diretores da Revista:

Germán Barreiro González

Doctor en Derecho por la Universidad Complutense de Madrid. Colaborador Honorífico en el Departamento de Derecho Privado y de la Empresa – Universidad de León (España).

Gonçalo S. de Melo Bandeira

Professor Adjunto e Coordenador das Ciências Jurídico-Fundamentais na ESG/IPCA, Minho, Portugal. Professor Convidado do Mestrado na Universidade do Minho. Investigador do CEDU – Centro de Estudos em Direito da União Europeia. Doutor e Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

María Yolanda Sánchez-Urán Azaña

Catedrática de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social de la Facultad de Derecho, UCM, de la que ha sido Vicedecana de Estudios, Espacio Europeo de Educación Superior y de Innovación Educativa y Convergencia Europea.

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

REVISTA INTERNACIONAL
CONSINTER
DE DIREITO

*Publicação Semestral Oficial do
Conselho Internacional de Estudos
Contemporâneos em Pós-Graduação*

ANO VII – NÚMERO XIII

2º SEMESTRE 2021

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

Porto
Editorial Juruá
2021

COLABORADORES

Alexandre Coutinho Pagliarini

Andréa Arruda Vaz

Antonio Felipe Delgado Jiménez

Artur Cortez Bonifácio

Cíntia Fernanda de Abreu Melo

Daniela Wendt Toniazzo

Eduardo Biacchi Gomes

Eduardo Szazi

Eugênio Facchini Neto

Evani Zambon Marques da Silva

Fernando Gonzaga Jayme

Gonçalo S. de Melo Bandeira

Horácio Monteschio

Jalusa Prestes Abaide

Jesús Víctor Alfredo Contreras Ugarte

Jorge Mascarenhas Lasmar

José María Lombardero Martín

Leandro Lyra Braga Dognini

Lorena Moura Barbosa de Miranda

Maria Fernanda Augustinhak S. Haering Teixeira

Mariana Stuart Nogueira Braga

Nancy Carina Vemengo Pellejero

Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira Bandeira

Paulo Vinicius Sportleder de Souza

Pilar Martín Ríos

Regina Linden Ruaro

Renata Peruzzo

Roberta Oliveira Dal Sochio

Rolando Pavò Acosta

Sandra Mara de Oliveira Dias

Shirlei Castro Menezes Mota

Sílvia Marinho Pereira Santos Netto

Simone Letícia Severo e Sousa Dabés Leão

Stela Marcos de Almeida Neves Barbas

Tales Schmidke Barbosa

Victor Barbosa Dutra

Integrantes do Conselho Editorial do



Alexandre Libório Dias Pereira

Doutor em Direito; Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Antonio García-Pablos de Molina

Catedrático de Direito Penal da Universidad Complutense de Madrid.

Carlos Francisco Molina del Pozo

Doutor em Direito; Professor Titular de Direito Administrativo e Diretor do Centro de Documentação Europeia na Universidade de Alcalá de Henares; Professor da Escola Diplomática e do Instituto Nacional de Administração Pública.

Fernando Santa-Cecilia García

Profesor Titular de Direito Penal e Criminologia da Universidad Complutense de Madrid.

Ignacio Berdugo Gómez de la Torre

Catedrático de Derecho Penal en la Universidad de Salamanca.

Joan J. Queralt

Catedrático de Direito Penal da Universitat Barcelona.

Jordi García Viña

Catedrático de Direito do Trabalho e Seguridade Social da Universitat de Barcelona.

Manuel Martínez Neira

Doutor em Direito; Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais e Direito da Universidade Carlos III de Madrid.

María Amparo Grau Ruiz

Catedrática Acreditada de Derecho Financiero y Tributario – Universidad Complutense de Madrid.

María del Carmen Gete-Alonso y Calera

Catedrática de Direito Civil da Universitat Autònoma de Barcelona.

Mário João Ferreira Monte

Doutor em Ciências Jurídico-Criminais; Professor Associado com nomeação definitiva na Escola de Direito da Universidade do Minho; membro integrado do Centro de Investigação de Direitos Humanos da Universidade do Minho e Presidente do Instituto Lusófono de Justiça Criminal (JUSTICRIM).

Paulo Ferreira da Cunha

Doutor em Direito; Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*

Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil.

É permitido:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- criar obras derivadas

Sob as seguintes condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



USO NÃO COMERCIAL

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



COMPARTILHAMENTO PELA MESMA LICENÇA

Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

– Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro, os termos da licença desta obra.

- Licença Jurídica (licença integral):
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/legalcode>

Esta revista proporciona acesso público livre e imediato a todo seu conteúdo em ambiente virtual.

APRESENTAÇÃO

A **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é uma publicação de cariz periódico do **CONSINTER – Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação** que tem por objetivo constituir-se num espaço exigente para a divulgação da produção científica de qualidade, inovadora e com profundidade, características que consideramos essenciais para o bom desenvolvimento da ciência jurídica no âmbito internacional.

Outra característica dos trabalhos selecionados para a **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é a multiplicidade de pontos de vista e temas através dos quais o Direito é analisado. Uma revista que se pretende internacional tem o dever de abrir horizontes para temas, abordagens e enfoques os mais diversos e, através deste espaço, colaborar com um melhor diálogo académico.

Resultado de um trabalho criterioso de seleção, este volume que agora se apresenta destina-se a todos aqueles que pretendem pensar o Direito, ir além da sua aplicação quotidiana, mas sem deixar de lado o aspecto prático, tão característico das ciências.

Capítulo 01

DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

EL PROTAGONISMO DIALÉCTICO-SOCIAL DEL SER HUMANO EN EL DESARROLLO INTELECTUAL DE RODOLFO MONDOLFO¹

HUMAN SOCIAL DIALECTIC PROTAGONISM IN THE INTELLECTUAL DEVELOPMENT BY RODOLFO MONDOLFO

DOI: 10.19135/revista.consinter.00013.05

Recibido/Received 03.05.2021 – Aprobado/Approved 23.07.2021

*Jesús Víctor Alfredo Contreras Ugarte*² – <https://orcid.org/0000-0002-9148-659X>

E-mail: jesuco_amag@yahoo.es / jvcontrerasugarte@ucm.es

Resumen

Cavilar sobre el rol que ocupa el ser humano dentro de la sociedad actual, es algo que debe ser de interés en todas nuestras reflexiones sociales, incluso en las que se refieren al ámbito del derecho. Un ser humano indiferente e inconsciente del rol social que le corresponde ejercer dentro de la sociedad, como integrante que es de ella, es un ser humano irresponsable y con desapego a todo lo que sucede en su entorno, con lo demás y con los demás. Pretender refugiarse en una actitud irresponsable, pasiva y cómoda, supone, al fin y al cabo, negarse a sí mismo, negar su naturaleza en tanto ser social que todo ser humano es. Esta es la reflexión que alberga el presente trabajo académico, la que se hace desde la visión del filósofo italiano Rodolfo Mondolfo. Desde un desarrollo descriptivo, a partir de este connotado autor, iré prescribiendo ideas que advertirán la importancia del protagonismo que tenemos todos los seres humanos, en ese producto humano que llamamos sociedad. He utilizado el método descriptivo para acercarme a las posiciones del filósofo italiano humanista y, para mis apreciaciones, he usado el método prescriptivo desde una posición procedimental eminentemente crítica y deductiva. Mi objetivo es demostrar, desde los postulados humanistas de Rodolfo Mondolfo, la hipótesis sobre el rol protagónico, decisivo y determinante que tiene el ser humano dentro de la sociedad. Entiendo, haber alcanzado la demostración de la citada hipótesis, pues, luego de lo analizado, no cabe duda, que el ser humano no es una existencia más en el desarrollo de las sociedades; su rol es decisivo en la determinación del presente humano y del futuro que albergará a las próximas sociedades y generaciones de nuestro devenir histórico.

Palabras Clave: Rodolfo Mondolfo, ser humano, protagonismo dialéctico, naturaleza, sociedad, historia, voluntarismo, intencionalidad, autotransformación

Summary: Reflecting on the role humans take into nowadays society, should be of interest in all our social reflections, even for those that refer to the field of law. Any

¹ Este es un tema desarrollado en mi Tesis Doctoral. Esta parte no ha sido publicada y la he actualizado y adecuado para el presente trabajo académico.

² Profesor de Filosofía del Derecho y Derechos Humanos en la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense de Madrid (UCM); Doctor Sobresaliente Cum Laude en Derechos Humanos, Máster en Derechos Fundamentales y en Derechos Humanos; Académico de la Real Academia de la Jurisprudencia y Legislación de España; Secretario Académico del Seminario Permanente de Filosofía del Derecho UCM; Miembro del Grupo de Investigación Fundamentos Histórico-Filosóficos de la Ciudadanía Jurídica UCM.

human indifferent and unconscious of the social role that he ought to play within society, as a member of it, is an irresponsible human detached from everything that surrounds him, regarding matters and other humans. Trying to isolate in an irresponsible, passive and comfortable attitude, means, after all, denying oneself, denying our nature, as the social being every human is. This is the reflection that this academic work entitles, the one made from the point of view of the Italian philosopher Rodolfo Mondolfo. From a descriptive development, starting from this renowned author, I will develop ideas that will warn the importance that human protagonism have, in this human product so call society. From a descriptive development, from this well-known author, I will be prescribing ideas that will warn the importance of the protagonism that all human beings have, in that human product that we call society. I have used the descriptive method to approach the positions of the Italian humanist philosopher and, for my assessments, I have used the prescriptive method from an eminently critical and deductive procedural position. My goal is to demonstrate, from the humanist postulates of Rodolfo Mondolfo, the hypothesis about the leading, decision-making and determining role that the human being has within society. I understand, to have reached the demonstration of the aforementioned hypothesis, because, after the analyzed, there is no doubt, that the human being is not one more existence in the development of societies; its role is decisive in determining the human present and the future that will house the next societies and generations of our historical future.

Keywords: Rodolfo Mondolfo, human being, dialectical protagonism, nature, society, history, voluntarism, intentionality, self-transformation

Sumario: 1. Introducción; 2. El humanismo de Rodolfo Mondolfo; 3. La centralidad del ser humano; 4. El sujeto activo y voluntario en Rodolfo Mondolfo: intencionalidad e inmersión en la propia interioridad; 5. Consideraciones finales; Bibliografía.

1 INTRODUCCIÓN

El ser humano contemporáneo parece haberse acostumbrado a la despreocupación de sí mismo en relación con el deber que lo vincula a la sociedad. Se cree que simplemente integrándose a todo lo que hay, dejándose llevar por la vorágine de las circunstancias que lo rodean, su vida ya estaría resuelta. El ser humano de hoy se desentiende del rol protagónico e insoslayable que le corresponde ejercer en una sociedad de bien. Puede parecer más cómodo y menos complicado el no asumir el ejercicio activo de esta responsabilidad, no obstante, luego, las consecuencias siempre resultan ineludibles, de una u otra forma.

En el ámbito del derecho, si el ser humano solo se limita a obedecer y a acatar las normas legales sin preguntarse y reflexionar por la corrección de ellas, es muy posible que termine avalando y apoyando injusticias. Y esto puede suceder desde la condición de un ciudadano, pero también, desde la condición de un jurista o de un juez. Si un juez aplica literalmente las normas a cada caso concreto, es muy posible que termine cometiendo injusticias. La reflexión y la interpretación sobre todo lo que hay, es siempre necesaria. Acatar es fácil, pero un acatamiento sin reflexión no es más que un menosprecio a nuestro espíritu humano, un camino que nos lleva a la burda sumisión existencial. Los seres humanos no somos súbditos pasivos de la realidad. Los seres humanos tenemos un rol protagónico y único en todos los ámbitos de nuestras sociedades; es nuestro deber asumir esta responsabilidad activamente y no, simplemente, dejarnos llevar por todo lo que hay o por el sistema que nos lo impone.

El protagonismo activo del ser humano es un tema que sostiene muy bien el filósofo italiano Rodolfo Mondolfo. Este autor fue catedrático de la universidad de Bolonia y dedicó gran parte de su desarrollo intelectual al estudio de la filosofía griega y también a la crítica de la filosofía marxista y hegeliana. De hecho, comparte algunos puntos de vista, pero siempre asumiendo una postura propia de mayor relevancia e intencionalidad en el ser humano. Mondolfo fue un intelectual que sufrió los embates del fascismo de Mussolini pues se vio obligado a dejar su cátedra en Bolonia y, luego, a exiliarse en Argentina, país donde murió en el año 1976.

Pues bien, en este trabajo académico sostengo que el ser humano debe retomar la atención sobre la responsabilidad activa que le toca ejercer en la realidad social que él mismo forja y determina con su acción. Sostengo que el ser humano actualmente está inmerso en una desconexión e indiferencia sobre sus propias capacidades y roles. Prefiere vivir en la engañosa comodidad de dejarse llevar, obedecer y dejarse someter, sin ninguna reflexión auténticamente suya y rehuyendo a protagonizar en su historia el rol activo y crítico que le corresponde como parte integrante de la humanidad que es.

En este trabajo sostengo ideas que advierten la importancia del protagonismo que tiene toda persona en ese producto humano que es la sociedad. He utilizado el método descriptivo para acercarme a las posiciones del filósofo italiano humanista y, para mis apreciaciones, he usado el método prescriptivo desde una posición procedimental eminentemente crítica y deductiva. Mi objetivo es demostrar, desde los postulados humanistas de Rodolfo Mondolfo, la hipótesis sobre el rol protagónico, decisivo y determinante que tiene el ser humano dentro de la sociedad. Entiendo, haber alcanzado la demostración de la citada hipótesis, pues, luego de lo que aquí analicemos no tendremos duda, que el ser humano no es una existencia más en el desarrollo de las sociedades, sino que su rol es decisivo en la determinación del presente humano y del futuro que albergará a las próximas sociedades y generaciones de aquellos que nos seguirán en esta existencia que llamamos 'vida'.

Siguiendo el referido método descriptivo a partir del pensamiento intelectual del filósofo Rodolfo Mondolfo, obtengo mis propias conclusiones prescriptivas de lo que entiendo propugna este filósofo, siempre guiándome por la idea central que sostengo, a modo de hipótesis, el presenta trabajo académico: el ser humano tiene un rol protagónico activo en la humanidad; es hacedor y dueño de su realidad. El no asumir su responsabilidad, aunque le dé una sensación de comodidad, no es más que una sensación falsa porque toda consecuencia, de una u otra forma, y más en el actual mundo globalizado, nos termina alcanzando y tocando a todos.

2 EL HUMANISMO DE RODOLFO MONDOLFO

La idea humanista del filósofo italiano-argentino, Rodolfo Mondolfo, se sustenta en la siguiente afirmación: son más felices aquellas personas que se analizan en busca de superarse, y aquellas que consiguen una consciencia de constante mejora. Se trata de entender a la libertad, como el instrumento indispensable para el verdadero saber.

Rodolfo Mondolfo le profesaba una especial admiración a Sócrates. Escribió un esmerado opúsculo en el que destacaba la libertad de espíritu, el ansia de diálogo para enseñar y aprender, el anhelo de conseguir una ciencia que sea expresión activa de vida; además Mondolfo destaca la enorme relevancia de contar con una moralidad consubstancial a seres humanos libres, autónomos y conscientes, que ejerciten continua responsabilidad hacia una sociedad más justa y correcta. Mondolfo enfatizó que, para Sócrates, la virtud se determina con la sabiduría pues ella es capacidad de autodominio; no se trata de una capacidad temporal o circunstancial, sino de una atenta y asidua; la indagación por la virtud es un hábito unitario del espíritu que se solo se adquiere mediante el escrupuloso y persistente esfuerzo de la inteligencia y de la voluntad a la vez, enlazadas mutua e indisolublemente. Sobre ello, Rodolfo Mondolfo dice que: “(...) *esforzarse en conseguir la sabiduría significa (...) 'tener cuidado y preocupación del alma para hacerla mejor', intelectual y moralmente, al mismo tiempo y por el mismo proceso activo de purificación y perfeccionamiento*”³.

Para Luis Farré, Rodolfo Mondolfo abraza matices cósmicos y sociológicos. El humanismo de Mondolfo se esparce, influye en la naturaleza y es influido por ella y por la sociedad. En este sentido, Farré dice que Mondolfo:

*Lo mismo afirmará, todavía con más energía, con relación a la sociedad. Sin los demás hombres y el ambiente circundante, lo que llamamos persona sería una posibilidad vacua, de desarrollo nulo. (...) Mondolfo no exagera las influencias cósmicas y sociológicas al extremo de que anulen la libertad y la facultad crítica. Ello significaría autoalienación (...)*⁴.

Mondolfo, afirmará que la autoalienación es perder la propia personalidad humana, con lo cual, la liberación tiene que implicar la reconquista de la esencia humana por parte del ser humano, es el regreso -según Mondolfo- a la condición de hombre humano⁵.

Como apunta Renato Treves, Mondolfo propugna que el ser humano desarrolla una capacidad activa dentro de la historia y de la realidad: “*Mondolfo (...) toma postura contra cualquier pretensión de resolver de manera definitiva los problemas porque con tal pretensión se sustituiría la 'energía activa de la vida' por una 'muerte y pétre quietud'*”⁶.

Mondolfo afirma que la sociedad produce al ser humano, en tanto humano, pero es el ser humano quien produce a la sociedad. Este autor rechaza el individualismo que se niegue a la sociedad y que pretenda ser ajeno a su influjo. Mondolfo sostiene una armónica y mutua contradicción dialéctica entre individuo y

³ MONDOLFO, Rodolfo, *Sócrates*, Eudeba, Buenos Aires, 2007, p. 61.

⁴ FARRÉ, Luis, "El humanismo de Rodolfo Mondolfo", en Mondolfo, R., *Rodolfo Mondolfo su pensamiento filosófico, histórico y social*, Instituto de Intercambio Cultural y Científico Argentino – Israelí, Buenos Aires, 1984, p. 9.

⁵ MONDOLFO, Rodolfo, *Entre la historia y la política*, Cajica, Puebla, 1973, p. 329

⁶ TREVES, Renato, *Sociología del derecho y socialismo liberal*, traducido por Rafael de Así y Luis Aparicio, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1991, p. 162 y 163.

sociedad. El ser humano, sea como sujeto individual o como parte de la sociedad, colma la médula de la filosofía mondolfiana. Comprendamos lo que comprendamos, o implantemos lo que implantemos, lo humano siempre está allí; es una certeza inexorable de nuestra realidad. Lo que mantiene Mondolfo, encaja bastante bien con el *verum et factum reciprocantur seu convertuntur* de Giambattista Vico; es decir, que lo ‘verdadero y el hecho se convierten el uno en el otro, y coinciden’. Atendamos a que Mondolfo, en sus obras, suele citar, de Vico, el *verum ipsum factum*, que significa, aproximadamente, lo mismo; esto es, ‘lo verdadero es el mismo hecho’ o ‘la verdad se expresa en la realidad de la vida’. A este respecto, Mondolfo, entusiasmado con las máximas de Vico, advierte que la creatividad conforma la aptitud más oportunamente humana. Existe un nexo entre la verdad y el producto; según ello, la única verdad que tiene posibilidad de ser conocida es la que se sitúa en los resultados de la acción creadora, es decir, en los resultados de la producción.

Puedo pues advertir, desde ya, que, para Rodolfo Mondolfo, la dignidad del ser humano se encuentra reciamente vinculada a la historicidad de sus producciones.

3 LA CENTRALIDAD DEL SER HUMANO

La definición del valor del ser humano y de su espiritualidad, que difundió el Humanismo y el Renacimiento, se interesó, particularmente, por las cuestiones de la dignidad y de la esplendidez del ser humano; esto es, de su hegemonía y preeminencia sobre la naturaleza. Dicha situación, se refleja bien en el desenvolvimiento ulterior de la filosofía moderna. El legado del Renacimiento lo acoge la filosofía moderna, situando al ser humano, a la consciencia y al sujeto pensante, en la diana de toda investigación y elaboración filosóficas; a partir de Descartes, hasta Kant, y hasta nuestros días:

Así, el concepto de la dignidad y potencia espiritual del hombre se presenta estrechamente ligado al de la historicidad de sus creaciones, es decir, al de la formación histórica de la cultura. Y todos los humanistas y filósofos del Renacimiento, al exaltar la excelencia del hombre como creador de la cultura, son llevados a la concepción de la espiritualidad humana como historia, esto es, como proceso gradual y continuo de desarrollo⁷.

Por su parte, si nos fijamos en Hegel, advertiremos que el ser humano es visto como un momento de la idea, que es la materia de la razón metafísica hegeliana. Ante ello, el filósofo alemán Ludwig Feuerbach intenta recuperar la vida concreta del ser humano -esa materia del proceso histórico-, oponiéndole, al idealismo hegeliano, su reale humanismus. El reale humanismus de Feurbach, es un humanismo naturalista, un naturalismo metafísico. Afirma, que es en la especie, en el ser humano como humanidad, donde este encuentra realizada su esencia; en seguida, por la conexión dialéctica que todos los seres humanos, como especie,

⁷ MONDOLFO, Rodolfo, *Origen y sentido del concepto de la cultura humanista*, Renacimiento, La Plata, 1940, p. 7.

poseen con la naturaleza, es que se suscita la historia y la sociedad. Siendo así, Feuerbach sostiene: “*Necesito sentidos y ojos; baso mis pensamientos en los materiales que nos apropiamos de la percepción sensible; hago derivar el pensamiento del objeto, no el objeto del pensamiento, y solo hay objeto fuera de nuestro cerebro*”⁸. Así pues, Mondolfo mantiene que Feuerbach pretende sostener un realismo naturalista en contra del idealismo y la filosofía del espíritu. Mondolfo llega a precisar que Feuerbach, a su realismo naturalista, lo llega a denominar en algunas ocasiones como materialismo, pero, advierte, que no debe confundirse con el materialismo sensualista de la tabula rasa: “*es (...) la afirmación de la unidad del hombre con la naturaleza, fundada en la necesidad de la relación entre la conciencia y el cuerpo, el sujeto y el objeto, para que haya existencia real, concreta, la vida*”⁹.

Antes bien, al contrario, en Marx, es imposible atestiguar la realidad de la naturaleza como algo independiente de la praxis humana. No se puede afirmar ni hay un materialismo metafísico en Marx. En este sentido, para Mondolfo, el marxismo es una filosofía crítico-práctica o filosofía de la praxis. Para Marx, el origen del ser humano radica en la historia, no en la naturaleza; para Marx, el ser humano es un ser natural y, más específicamente, un ser natural humano:

*(...) mientras el animal puede y debe ser considerado en la naturaleza, el hombre, en cambio, debe ser considerado en la historia. El realismo, es decir, la afirmación de la realidad de la naturaleza y del hombre, como ser natural, es para Marx el punto de partida; pero el punto de llegada es el historicismo, que se alcanza a través de la consideración más cabal de que el hombre es un ser natural humano. Marx sostiene esta afirmación del naturalismo contra el idealismo hegeliano*¹⁰.

El humanismo historicista de Marx preserva y aventaja al humanismo naturalista de Feuerbach. En Marx, el ser humano es un ser natural histórico, que se desarrolla a través de relaciones teóricas y prácticas; en Marx, el ser humano se vincula con la naturaleza y con las otras personas, mediante de la praxis; el ser humano se manifiesta en la praxis, que es su praxis. El ser humano se determina con lo que hace, y no con las ideas por sí mismas, ni con los sentimientos, ni con sus intenciones; siendo así, para Marx, el ser humano es, en esencia, un ser que hace y fabrica. El ser humano es un ser de naturaleza social; por consiguiente, la existencia humana se sostiene en las relaciones dialécticas de sus integrantes. La existencia humana se desenvuelve en sociedad; su existencia es consecuencia de la actividad social. Al mismo tiempo, el ser humano es un ser fundamentalmente histórico, con lo cual, su accionar se desarrolla en un contexto y tiempo histórico concreto. El espíritu del ser humano y sus acciones, por su contenido y origen, son sociales. La

⁸ FEUERBACH, Ludwig, *Essence du christianisme*, traducido por Joseph Roy, Lacroix, Paris, 1864, p. VII y VIII.

⁹ MONDOLFO, Rodolfo, *Feuerbach y Marx: La dialéctica y el concepto marxista de la historia*, traducido por M. Alberti, Claridad, Buenos Aires, 2006, p. 29.

¹⁰ MONDOLFO, Rodolfo, *El humanismo de Marx*, traducido por O. Caletti, Fondo de Cultura Económica, México D.F., 1973, p. 34 y 35.

conexión entre el ser humano y la sociedad es dialéctica y recíproca. El ser humano es un resultado o producto social; sin embargo, a la par, es un productor de la sociedad. Respecto a ello, para Mondolfo, existe un canje permanente de acciones y reacciones entre los seres humanos y el ambiente, entre los individuos y la sociedad; la sociedad coadyuvaría a la transformación del ser humano, pero, sería él el que produciría los cambios y transformaciones de la sociedad. El productor, luego de haber creado el producto, en el mismo momento de crearlo, siente la reacción de este mismo producto, que propende a transformar a su mismo productor: “(...) pero, a su vez, el productor reacciona y modifica el propio producto, desarrollándose así una cadena interminable de intercambios que es, precisamente, el proceso de la inversión de la praxis”¹¹.

Mondolfo afirmará que, de irse a pique la consciencia de la reciprocidad que hay entre la existencia de los individuos y la sociedad, entre la existencia de los seres humanos y la realidad, y se comprendiera al ser humano solamente como producto social, más no como productor de las relaciones sociales, el ser humano acabaría convertido en un ser pasivo, quedándose sin su calidad activa encima de la historia y de la realidad. Al ser humano hay que entenderlo con capacidad práctica para hacer y obrar en el proceso histórico y social. Para Mondolfo, la existencia humana tiene que comprenderse a partir de una consciencia y concepción activista y voluntarista dado que en la cúspide de este voluntarismo activo se sitúan la libertad y la dignidad humana. Se puede afirmar bien, entonces, que Mondolfo sostiene una concepción activista, voluntarista, historicista y consubstancial de la vida humana. Libertad y subjetividad, son instituciones que se muestran muy relacionadas en toda la filosofía mondolfiana; las dos se vigorizan mutuamente en toda su filosofía. Es patente que Mondolfo comprende al ser humano como un ser que es en esencia social; de esta forma, resulta que la naturaleza, al ser también parte de lo social, tampoco es impropia ni libre del ser humano. La naturaleza es lo que es, en tanto que sea propósito de conocimiento y estudio para el ser humano. La dialéctica incorpora a la naturaleza, pero solo mientras ella entre y supedita el proceso histórico de la reproducción social. La existencia posee una connotación racional a partir de que la naturaleza puede ser comprendida y transformada por la actividad cognoscitiva del ser humano. La conexión entre sujeto y objeto es pensada como una conexión de unidad y oposición ya que es, este tipo de relación, la condición indispensable para la dialéctica de su desenvolvimiento. El pensamiento alcanza una connotación activa, si al ser humano se le acepta como un ser activo que guarda un nexo natural con su entorno objetivo. No existe naturaleza sin significación humana. La dicotomía entre sujeto y objeto, se concilian dialécticamente. Entender, tanto a uno como a otro, desconectados de esta relación, supone someterse a abstracciones y a dicotomías insalvables. La verdad real de esta relación esencial se asienta en la praxis. La filosofía de la praxis, para Mondolfo, es una filosofía de actividad que asienta al ser humano como sujeto real y activo en el núcleo de todo proceso cognoscitivo y práctico.

¹¹ *Ibidem*, p. 48 y 49.

La praxis supone una actividad ejecutante y productora que arroja la vertiente teórica y práctico de la acción del ser humano frente a la naturaleza. El ser humano, comprendido en sí mismo, es una energía potencial, un principio de actividad que se desenvuelve en contacto y en conexión con la naturaleza. La consciencia es la consolidación del propio ser, de la propia potencialidad. La capacidad potencial del ser humano se extiende y se desenvuelve, cuando ella se percibe frente ante el estímulo de la consciencia de los límites que se le oponen:

(...) la existencia, que tiene por excelencia el sentimiento de sí misma y de la vida, es la de la conciencia y del pensamiento. Por eso el conocimiento, que es su actividad, proviene de la necesidad de sí mismo, del sentimiento de una privación, de la conciencia de una laguna por colmar, de una limitación por superar. La relación entre el sujeto y el objeto es una oposición que origina un desarrollo dialéctico: el objeto, oponiéndose al sujeto como su negación, da el impulso a la afirmación del sujeto en el objeto, en lo que consiste el conocimiento y la praxis¹².

En la filosofía de la praxis, el espíritu humano es, para empezar, una potencialidad incierta, indeterminada e inconcreto; empero, esta potencialidad se robustece y afianza en sí misma cuando es consciente de la existencia de un límite – el objeto – que le frena el poder desarrollarse con libertad. Este límite transforma a la incertidumbre del espíritu en un mandato y en un disgusto constante; transforma a la indeterminación del espíritu, en una indagación interminable y tenaz de su superación. Siendo así, advirtamos, que el objeto, entonces, si bien supone, por un lado, el freno de la actividad, por otro, estimula y controla la actividad misma. Y es que, como decía antes, la existencia, que tiene por excelencia el sentimiento de sí misma y de la vida, es la de la conciencia y del pensamiento; por tanto, el conocimiento, que es su actividad, surge de la necesidad de sí mismo, del sentimiento de una carencia, de una penuria, de la conciencia de un vacío por resolver o de una limitación por vencer¹³.

La dialéctica del conocimiento implica una correspondencia mutua entre el sujeto y el objeto: el objeto actúa sobre el sujeto; en seguida, este sujeto -que siente al objeto como un límite y oposición – reacciona sobre ese objeto, recomponiéndolo según sus fines. Al mismo tiempo, el objeto recompuesto vuelve a estimular – en tanto que límite – la actividad del sujeto; y, otra vez, el sujeto, por medio de su actividad, buscará trascender esa objetividad. Así, podemos advertir, que se trata de un proceso que hace un trayecto desde un primer momento, que es el de la afirmación, hacia, un segundo momento, que es el de la negación, para luego terminar, en un tercer momento, que es el de la negación de la negación, que es el momento de la superación. No obstante, este tercer momento no clausura el proceso ya que este vuelve a convertirse en el primer momento, es decir, en el de la afirmación, y así, sucesivamente, este proceso se abre al infinito:

¹² MONDOLFO, Rodolfo, *Marx y Marxismo. Estudios histórico-críticos*, traducido por M. H. Alberti, Fondo de Cultura Económica, México D. F., 1969, p. 45.

¹³ MONDOLFO Rodolfo, *Feuerbach y Marx. La dialéctica y el concepto marxista de la historia*, traducido por M. Alberti, Claridad, Buenos Aires, 2006, p. 55.

La relación entre el sujeto y el objeto es una oposición que origina un desarrollo dialéctico: el objeto, oponiéndose al sujeto como su negación, da el impulso a la afirmación del sujeto en el objeto, en lo que consiste el conocimiento y la praxis. (...). En la relación entre sujeto y objeto cada uno de los términos obra sobre el otro (praxis), pero con eso obra también sobre sí mismo (praxis invertida), porque el objeto mudado por el sujeto cambiará a su modificador y reciprocamente. (...) 'la praxis, que tenía como principio el sujeto y como término el objeto, se invierte, volviendo del objeto (principio) al sujeto (término)'¹⁴.

Para Mondolfo, el ser humano es, a la vez, un producto social y un creador de la sociedad. El sostén de la vida humana consiste en ese conjunto de relaciones sociales. No es lo estrictamente físico y natural lo que determina al ser humano; tampoco es una sustancia metafísica. El ser humano, se define por medio de sus relaciones sociales, no únicamente con los demás seres humanos sino también con la naturaleza. De estas relaciones surge la sociedad, la cual, a su vez, actúa sobre su creador, modificándolo. Entre el ser humano y la sociedad existe una relación dialéctica que hace -a juicio de Mondolfo- que no se pueda hablar del individuo aislándolo de la sociedad de la cual emerge; esta misma emergencia es concebida también como un hecho social.

Advirtamos, que, con lo anterior, la reducción de la esencia humana, al conjunto de las relaciones sociales, no amenaza en disolver totalmente la interioridad espiritual humana en la exterioridad de las relaciones sociales, ni el principio de la actividad personal del ser humano desaparece, ni tampoco el ser humano queda como un producto pasivo o reflejo de la sociedad. Diego F. Pró precisa que esto último no sucede porque existe una coincidencia entre el ser humano como resultado o producto de la sociedad, y el hombre como productor o causa social. La actividad social y el espíritu social, no deben entenderse únicamente en la forma limitada a esa actividad social inmediatamente social, o de un espíritu social también en ese sentido limitado y corriente. Mondolfo, apuntará Diego F. Pró, nos lleva a reflexionar sobre la sociabilidad trascendente del ser humano, a su naturaleza de ser un ser político y civil:

A la postre (...) todas las actividades económicas, sociales y culturales son de raíz social. Cuando el hombre de ciencia realiza su labor de investigación cumple una actividad social en cuanto actúa como hombre. Lo mismo se puede decir del obrero, el artista, el hombre de negocios, el educador, el técnico, el político, etc. La misma existencia humana, que es social por naturaleza, hace que todo lo que el hombre realiza lo encamina a la sociedad y con la conciencia de ser un ser social'¹⁵.

Sobre la coincidencia entre el ser humano como resultado o producto de la sociedad, y el ser humano como punto de partida o productor de la sociedad misma, Rodolfo Mondolfo precisará que es el carácter social el carácter universal de todo el movimiento. La sociedad produce al ser humano en cuanto ser humano; luego, el ser humano, produce la sociedad. De esta forma, la actividad y el espíritu son sociales,

¹⁴ MONDOLFO, Rodolfo, *Marx y Marxismo. Estudios histórico-críticos*, cit., p. 45 y 63.

¹⁵ PRÓ F., Diego, *Rodolfo Mondolfo*, Losada, Buenos Aires, 1968, tomo II, p. 96.

por su contenido y por su origen; es por ello, que son actividades sociales y es espíritu social. Siendo así, la esencia humana de la naturaleza existe únicamente para el ser humano social; la naturaleza existe para el ser humano como conexión con el hombre, como fundamento de su propia existencia humana. Por tanto, para Mondolfo, la sociedad es la unidad esencial del ser humano con la naturaleza. Por mucho que el ser humano sea un individuo particular y que, precisamente, sea su particularidad la que lo transforma, no deja de ser la totalidad ideal, la existencia subjetiva de la sociedad pensada y sentida por sí misma¹⁶.

Vemos pues, que Rodolfo Mondolfo tenía, en esencia, una concepción humanista de la historia, lo que, por cierto, esto es lo que le llevó a ser uno de los pensadores más originales y significativos del siglo XX italiano:

La voluntad activa es el motor de la historia. Este punto de vista condujo a Mondolfo a postular una concepción humanista del marxismo basada en la relación dialéctica que se establece entre el sujeto humano y las condiciones objetivas, que él mismo ha producido (...). Este protagonismo absoluto del sujeto llevó al joven Mondolfo a criticar la estrategia de la Revolución Rusa, que no tuvo en cuenta el desarrollo real de las fuerzas productivas, posición que fue considerada 'idealista' por sus detractores, entre ellos, Gramsci¹⁷.

Según la filosofía mondolfiana, la historia de la humanidad es un constante desarrollo que tiene como resultado el progreso y cuyo centro propulsor está constituido por la actividad del ser humano y no por una fuerza trascendental y condicionante. Este pensamiento se contrapuso a las interpretaciones marxistas que aludían a una fuerza de las cosas para explicar la llegada del socialismo; asimismo, chocó con la concepción hegeliana, que ve a la historia como a un tipo de vieja providencia que desciende del cielo sobre la tierra.

La filosofía mondolfiana, es una filosofía del espíritu como historicidad, elaborada y mostrada de una forma precisa y convincente. Recomponen las ideas repetidas constantemente, las de clichés, guiándose siempre por una visión activa, abierta y objetiva. Según Mondolfo, la investigación teórica de la filosofía exige previamente el estudio histórico. En la totalidad de la investigación histórica se asentaría la unidad entre historia y filosofía; la historia es la que nos enseña la formación de la cultura humana y, la filosofía, la conciencia de ella¹⁸.

Se puede decir de Mondolfo que es un humanista voluntarista; y esto, porque para Mondolfo, el ser humano es el que crea sus condiciones de vida, sobre todo las condiciones materiales. Después, estas condiciones de vida creadas actúan sobre su creador – sobre el mismo ser humano que las creó – y es, este mismo creador, quien debe superar las condiciones de vida creadas por él. Por ello, la realidad provocada por la acción del ser humano, es la condición del desarrollo o progreso de las

¹⁶ MONDOLFO, Rodolfo, *Problemas de cultura y de educación*, Hachete, Buenos Aires, 1957, p. 58 y 59.

¹⁷ CORDERO, Néstor, "Prologo", en Pogatschnig, M., *El Otro Mondolfo. Un Marxista Humanista*, traducido por Pedro Pasturenzi; Biblos, Buenos Aires, 2009, p. 14 y 15.

¹⁸ SARDISCO, Ana, "Filosofía e historia en las investigaciones de Mondolfo", en VVAA., *La filosofía de Mondolfo*, Facultad de Humanidades y Artes Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 1998, p. 18.

acciones futuras, que no son otra cosa que sus consecuencias. Esto es, se trata de una autotransformación continua de la sociedad: “(...) *toda la historia está en las raíces de nuestro espíritu. (...) toda la historia está presente en nosotros, puesto que justamente de ella brotamos (...)*”¹⁹.

Atendiendo a lo anterior, puedo sostener que, para Mondolfo, el ser humano no es un sujeto pasivo donde la historia le inscribe o le determina contenidos y facultades. Mondolfo no aceptaba que los seres humanos seamos reducidos a simples sujetos pasivos de la historia y de la naturaleza.

4 EL SUJETO ACTIVO Y VOLUNTARIO EN RODOLFO MONDOLFO: INTENCIONALIDAD E INMERSIÓN EN LA PROPIA INTERIORIDAD

Si la praxis determina la vida del ser humano y la praxis implica la conversión consciente de la naturaleza, de la sociedad y de la historia, entonces, el humanismo propugnado por Mondolfo, se fundamenta también en las fuerzas activas del ser humano. En la filosofía mondolfiana, el ser humano es un ser activo y eficiente; el ser humano es el sujeto del proceso histórico en tanto es una voluntad libre con capacidad para transformar las condiciones de su vida concreta. Esta es una concepción que podemos llamar ‘voluntarista’. Para Mondolfo, la voluntad activa y transformadora del ser humano, establece el momento fundamental de la historia y de la sociedad: “*Si los hombres desaparecieran, el intelecto adquirido también desaparecería, faltaría su formación, la que justamente depende de la existencia de los hombres y de la actividad mental de ellos*”²⁰.

La voluntad humana tiene la capacidad de oponerse al ambiente, transformándolo para sus fines. Según Mondolfo, la fortaleza del pensamiento pone y reproduce en sí la infinita extensión del espacio y del tiempo; la fuerza del pensamiento humano engendra y abarca el poder del infinito (la *summa vis infinitatis*), por el cual todo este infinito ciclo de creaciones y descomposiciones está producido en la inmensidad de la extensión espacial y de la eterna sucesión de los tiempos. Se produce en el ser humano un pavoroso estremecimiento debido a esta desmesurada extensión y vicisitud de cosas y fenómenos innumerables que se producen en él, sobre todo cuando confronta la pequeñez y transitoriedad de su ser frente a tanta grandeza y eternidad de cambios; sin embargo, al mismo tiempo el ser humano siente, por otra parte, la soberbia conciencia de la propia infinita capacidad de comprenderlo y abrazarlo todo en sí. El ser humano experimenta una dicha divina, pero, a la vez, se desubica en la infinitud: “*His ibi me rebus quaedam divina voluptas percipit atque horror (por estas cosas me siento presa de una especie de goce divino y de espanto al mismo tiempo)*”²¹.

¹⁹ MONDOLFO, Rodolfo, *Problemas y métodos de investigación en la historia de la filosofía*, Eudeba, Buenos Aires, 1969, p.102.

²⁰ MONDOLFO, Rodolfo, *Historia de la filosofía. Apuntes de clase para estudiantes universitarios*, Universidad Nacional de Tucumán, Tucumán, sin año, p.149.

²¹ MONDOLFO, Rodolfo, *La infinitud del espíritu en la filosofía antigua*, Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, 1946, p. 19.

Por razón de su convicción humanista, Mondolfo, tiene claro que no existe determinismo económico ni voluntad que sea el mero reflejo pasivo del mundo externo; el determinismo económico da por sentado un tajante determinismo de la voluntad, a la que entiende como un mecanismo pasivo del mundo exterior; la economía que crea la historia supone al ser humano como un producto pasivo de esta última. En cambio, si la economía es entendida como uno de los procederes y productos de la actividad humana, la economía se muestra bajo dos aspectos: de la condición (resultado alcanzado) y el de fin (resultado por alcanzar) de esta actividad humana:

La supuesta acción causal unívoca del factor económico sobre todos los otros factores no puede concebirse sino a condición de considerar a la economía, aún en sus relaciones con el hombre, siempre en función de causa eficiente y nunca de causa final: reconocerle esta la cualidad de fin, implica volver a colocar al hombre en su puesto de creador de la historia²².

De lo anterior, se puede advertir bien que, Mondolfo confirma su convicción sobre las características del ser humano, quien, para él, es un ser dotado de actividad y de voluntariedad (o intencionalidad). Mondolfo rechaza rotundamente cualquier atribución que reduzca al ser humano a la pasividad o a la consecuencia de una simple naturalidad de sus actos. Si bien existe una realidad, y en ella existe todo lo que hay, el individuo, por ser un ser activo e intencional, tiene la capacidad de oponérsele.

Criticando a Condillac y a Hobbes, Mondolfo se niega a aceptar el mero contenido sensualista y naturalista que estos autores, respectivamente, le atribuyen a la subjetividad humana.

Mondolfo desprovee de contenido a la subjetividad humana y -para que el ser humano no termine descrito en su teoría como un simple opositor a la naturaleza material de todo lo que hay – vuelve a llenar la subjetividad de los individuos con contenidos abstractos que remarcan el carácter activo y potencial del interior mismo de los individuos. Los llena con determinados ideales o valores humanos. Mondolfo rechaza la idea de que el carácter del ser humano sea simplemente consecuencia de la experiencia, o que sea el reflejo de los objetos. Mondolfo afirma que el objeto es el reflejo de los sujetos y que la experiencia no es la formación exclusiva del concepto por obra del objeto, sino una revelación constante de la potencia y de las características propias del sujeto; la experiencia es la epifanía del propio ser del sujeto. Una conciencia vacía o borrada no puede identificarse con el ser: “(...) *todo lo que en el mundo merece el nombre de verdadero ser debe tener una esencia propia, poseer en sí mismo su propio principio diferencial; la negación de todo atributo es negación del ser (...)*”²³. Objeto y experiencia son planos neutros sobre

²² MONDOLFO, Rodolfo, *Il materialismo storico in Federico Engels*, La Nuova Italia, Firenze, 1952, p. 283.

²³ MONDOLFO, Rodolfo, *Feuerbach y Marx. La dialéctica y el concepto marxista de la historia*, cit., p. 38 y 39. En la página 31 Mondolfo comenta: “La conciencia es conocimiento; pero como este es una relación entre sujeto y objeto, supone la distinción y la realidad de ambos en esta relación. También la autoconciencia,

los que el ser humano se proyecta, desarrollándose activamente hacia la consecución de un fin. Ese fin le es interno e intrínseco al mismo ser humano; pero a su vez, ese fin, es un estado en el que el ser humano realiza todas sus potencialidades y, por tanto, ese fin, es un estado por medio del cual el ser humano alcanza su perfección. Así, el ser humano incorpora a su propia manera de ser, de pensar y de sentir, las ideas y acciones de la experiencia; el ser humano se reproduce en la misma concepción de la experiencia; o, dicho de otra forma, es una interiorización del individuo reproducida en la concepción de la propia experiencia. Es decir, el individuo sensible convierte su presencia activa en experiencia interna de fenómenos psíquicos. Esto mismo se da cuando se reduce a la naturaleza a forma o contenido intelectual o racional. La naturaleza queda reducida así, al momento de la conciencia.

Si las mismas impresiones del mundo externo solo existen para el hombre como procesos de conciencia (...), resulta que la naturaleza, y por lo tanto la materia que se supone como su sustrato, solo llegan al hombre a través de su conciencia. La experiencia consiste pues en los fenómenos psíquicos: y afirmar, contra estos, que la materia es la única realidad es afirmar la hipótesis de la cosa en sí contra la experiencia. (...) la misma naturaleza física y, por consiguiente, podemos decir, la misma materia, existen para nosotros, para nuestra ciencia, solo como ideas²⁴.

Mondolfo, al centrarse en la idea de los seres humanos como seres dotados de autonomía propia, en su teoría, aleja a los sujetos del ámbito natural de las necesidades sensibles. Es decir, para Mondolfo, lo que decide a un ser humano en lo que es, es su propia conciencia autónoma y no lo material de la naturaleza ni la simple sensibilidad hacia a ella.

Por lo visto, resulta que Mondolfo construye a un ser humano con autonomía, pero que se opone a lo sensible y material de la naturaleza. Como si el ser humano estuviera situado en una posición opuesta a la naturaleza. Se advierte mejor esto cuando Mondolfo traza la relación que hay entre individuos y naturaleza, entre conciencia y cuerpo. Para Mondolfo la realidad de la naturaleza debe comprenderse como la condición de la realidad misma del sujeto; la naturaleza es condición de su praxis en el conocimiento y de la realización de su actividad externa: operosidad externa²⁵. En esta línea de ideas, Mondolfo afirma que el cuerpo es condición de la conciencia; más específicamente, que el cuerpo es la base neutra, externa y anterior, que no afecta, por su sola existencia, a la superioridad de la conciencia interior. El ser humano no existe sin su base ni la conciencia y la personalidad existen sin el cuerpo: “(...) pero así como la base no es el hombre, el cuerpo no es la conciencia. (...) la condición no es lo condicionado: la conciencia no se resuelve en la

pues, supone no solo la duplicación de sí misma en sujeto y objeto, sino también la distinción de los otros objetos, porque conocerse es distinguirse de los demás. He aquí, pues, que de la conciencia misma deriva el mundo, a lo menos como posibilidad o como idea, y el subjetivismo arbitrario se ve llevado a admitir la indivisible necesidad de la relación sujeto-objeto.”

²⁴ MONDOLFO, Rodolfo, *Il materialismo storico in Federico Engels*, cit., p. 41 y 42.

²⁵ MONDOLFO, Rodolfo, *Feuerbach y Marx. La dialéctica y el concepto marxista de la historia*, cit., p. 52.

*naturaleza corporal*²⁶. Advirtamos pues, que, para Mondolfo, la naturaleza y el cuerpo son únicamente presupuestos de la situación y del desarrollo de los seres humanos, sin embargo, no les reconoce un carácter decisivo en la realización de los individuos. Son meros soportes, aunque necesarios, pero que no determinan el desarrollo de los sujetos. Mondolfo se esfuerza por negarle a la naturaleza un carácter decisivo en el desarrollo de los sujetos y, por ello, defiende a un ser humano donde los conceptos de sensibilidad y de naturalidad material no deciden sobre él. Al colocar a la sensibilidad y a la naturalidad material como elementos no decisivos de lo que serán y de lo que son los seres humanos, Mondolfo, como decíamos antes, deja a su teoría en un vacío sobre los elementos que deciden al ser humano. Esto, lo compensa con modelos abstractos: “(...) *del problema del conocimiento se pasa al problema de la valoración, de la razón al sentimiento, de la relación con el mundo exterior a la intimidad de la conciencia*”²⁷. Mondolfo va ubicando la forma en la que se va centrando el problema de la reflexión filosófica, pero siempre insiste en la importancia superior que tienen los sentimientos internos, frente a lo sensible y a lo materialmente natural que hay en el exterior nuestro: “*Aunque nuestras ideas nos vienen de fuera, los sentimientos que las aprecian están dentro de nosotros*”²⁸. Mondolfo – manteniendo su postura sobre la sensibilidad y la naturalidad material, a las cuales les niega el carácter de contenido decisivo en la realización de los sujetos-, para llenar el vacío en el que coloca a su teoría, le introduce a ella, como contenidos sí decisivos, determinados ideales o valores – como por ejemplo: el libre desarrollo – que encontramos en la interioridad de la conciencia. Esto es muy importante en su teoría de la cultura pues, según Mondolfo, de ello depende la totalidad integral del desarrollo de los sujetos:

*(...) existe también la afirmación de la libertad interior y de los derechos de la conciencia personal. La libertad se obtiene solamente sumergiéndose en lo que es más íntimo a nuestra conciencia (...). A esto, pues, debemos tender como a la verdadera naturaleza. (...) la inmersión en la propia interioridad es un sentimiento de solidaridad y de comunión con toda la naturaleza*²⁹.

Otro contenido ideal y abstracto que introduce Mondolfo en su teoría -como un contenido sí decisivo para el desarrollo integral de los individuos– es el hecho de tener sentimiento y conciencia interior de la belleza de la naturaleza humana que purifica a los sujetos, de la materialidad; con ello, transforma a los individuos en sujetos morales y universales. Mondolfo, para explicar este contenido sí decisivo utiliza los conceptos de Rousseau. Así pues, Mondolfo al aclarar que a Rousseau no se le debe tomar como a un individualista por el vigoroso relieve que le da al principio de libertad, instaura una distinta relación entre sujetos y naturaleza, donde las necesidades de los primeros no son definidas como individualistas y utilitarias,

²⁶ MONDOLFO, Rodolfo, *El materialismo histórico en F. Engels y otros ensayos*, traducido por Roberto Bixio, Raigal, Buenos Aires, 1956, p. 48.

²⁷ MONDOLFO, Rodolfo, *Rousseau y la conciencia moderna*, Eudeba, Buenos Aires, 1962, p. 41.

²⁸ *Ídem*.

²⁹ *Ibidem*, p. 41 y 44.

sino que las sustenta con el concepto del amor de sí trascendiéndolas a la necesidad ética de la humanidad. El individualismo supone la oposición entre cada individuo y la colectividad; supone afirmar el valor de cada uno en cuanto individuo, no en cuanto ser humano; sin embargo, en Rousseau – dice Mondolfo – se: “(...) reivindica la conciencia de la dignidad de la naturaleza humana e ilumina, con ello, el valor universal del principio de la personalidad”³⁰. Mondolfo precisa que es el amor de sí mismo el que provoca la preocupación y la relación ética y espontánea con todos los demás; es decir, con la humanidad³¹. En esta idea estoy completamente de acuerdo con Rodolfo Mondolfo. El amor de sí mismo lo podemos traducir en el amor que uno siente por la condición misma de su ser, que no es otra que la grandeza de ser un ser humano. Este sentimiento de amor conducirá a que todos se sientan identificados con los de su misma especie, es decir a sentirse partes integrantes de un todo mucho más grande que es la misma humanidad, y a apreciarla con la misma intensidad con la que todo ser humano individual se aprecia a sí mismo. Desde mi punto de vista, esta es una idea fundamental que tiene que imperar en cualquier sociedad que quiera ser auténtica y justa en su desarrollo; es decir, que quiera entenderse a sí misma conforme es su verdad humana.

5 CONSIDERACIONES FINALES

El derecho con sus innumerables normas legales o la filosofía (tanto la del derecho como la general) con sus también innumerables teorías sobre la sociedad y la justicia, no lograrán imponer una eficiente y suficiente igualdad, una eficiente y suficiente justicia o una eficiente, suficiente y respetuosa libertad entre sus integrantes, a menos que antes, la sociedad -en donde se desenvuelve el derecho y la filosofía- haya llegado a entenderse y a amarse a sí misma en tanto su mayor valor como humanidad que es y con respecto a todos los seres humanos, sin excepción. Pretender creer o hacer creer que el derecho (con sus innumerables normas) o la filosofía (con sus innumerables teorías) por sí solas son suficientes para alcanzar la eficiencia del desarrollo y del progreso integral hacia una sociedad mejor, es caer en una vanidad inútil o, en una falsedad, sin un futuro que nos lleve a un mundo mejor, más humano y justo. Esta es mi opinión. Los creadores y operadores de las normas legales y de las teorías sociales, se equivocan si creen que la sociedad únicamente debe aprehender y obedecer las normas y teorías, sin entenderlas y sin saber el porqué de su existencia. Nos llenaremos de normas y teorías ineficientes e insuficientes, pero no por su cantidad, sino por su capacidad relevante y práctica para mejorar el mundo en el que vivimos. Es claro que hoy afrontamos una gran

³⁰ Ibidem, p. 70.

³¹ Ibidem, p. 70 y 71. En estas páginas Mondolfo concreta diciendo que la conciencia moral de esta personalidad “(...) no se traduce en el sentimiento particularista (el amor propio), sino en el universalista (el amor de sí); el cual constituyendo a un mismo tiempo la interioridad por excelencia y la fuerza expansiva del alma que me identifica con mis semejantes’, es casi el puente de pasaje del hombre a la sociedad, del yo individual al yo común, de la voluntad de cada uno a la voluntad general. Por este medio todos los ciudadanos ‘podrán llegar a identificarse por fin con el más grande Todo, sentirse miembros de la patria, amarla con ese sentimiento exquisito que todo hombre aislado solo tiene para sí mismo’ (...)”.

crisis, pero es una crisis de valores humanos. Hay causas que delatan esta crisis y que datan de hace mucho, pero que la humanidad no logra superar del todo y, más bien, parecen volver a reaparecer con igual o mayor fuerza (indiferencia ante el drama del otro, el machismo, el hembrismo, la discriminación legal, etcétera).

Los avances de la tecnología hacen que los medios de comunicación hoy puedan ofrecer la noticia de cualquier drama en cualquier parte del mundo y en tiempo real e inmediato; eso hace que la indiferencia de la otra parte de la humanidad que no sufre de esos males (guerras, hambre, pobreza, etcétera) sea enormemente reprochable, pues el desconocimiento de tal o cual desgracia lejana, hoy en día, es casi imposible. Se trata de la inferencia culpable, que es consecuencia directa de la falta de educación en valores humanos y de la indiferencia hacia la responsabilidad protagónica de nuestros roles humanos. Esta es la muestra del mayor desapego hacia nuestra humanidad; es el menosprecio al valor de conjunto que se contiene dentro de la familia humana; es el menosprecio al valor propio de cada uno como humano que es; es el menosprecio al amor de sí mismo. De hecho, la actualidad de hoy nos ofrece testimonios claros de esa crisis y es evidente la ineficiencia de las normas e instituciones internacionales que supuestamente obligarían a la responsabilidad sobre los derechos de todos y que se alcanzaría el respeto hacia los derechos humanos de toda la humanidad. Esta es una crisis de valores, que únicamente puede superarse desde el entendimiento de nuestro valor como humanidad. Todos somos parte del mismo todo; lo que le afecte a una parte, al final, termina afectando a todos, pues pertenecemos, en tanto humanos que somos, al mismo conjunto humano y a la misma familia humana, por mucho que nos esmeremos por desentendernos de lo que sucede. El vínculo humano es nuestro valor y rol fundamental, de donde todo tiene que partir (normas, leyes, instituciones, etc.). Mantener lo contrario, es caer en una vanidad arrogante y fatua y en una falacia sin futuro. Ese amor propio que todos nos debemos a nosotros mismos, es, para Mondolfo, el amor de sí, y es el sentimiento de belleza y de dignidad de nuestra naturaleza humana. Del amor de sí puede emanar la conducta moral; y es que ese amor supone un estado de conciencia por el que el ser humano renuncia a lo que conforma su individualidad en el plano empírico; por ese amor de sí el ser humano obra como si en él obrase la humanidad, logra ubicar, en sí mismo, el fundamento común de todos los seres y logra abrazar con su decisión a la plenitud del mundo: “*La oposición de naturaleza y cultura tiene precisamente este valor: que la naturaleza significa exigencia de libertad y de desarrollo integral del hombre (...)*”³². Mondolfo establece los presupuestos de lo que él llama el principio de personalidad, presupuestos que implican dos condiciones: el desarrollo integral y la actividad libre:

Condiciones íntimamente ligadas entre ellas, porque solo el hombre que representa en sí una totalidad espiritual es capaz de ser libre y solo el hombre que desarrolla libremente sus actividades naturales es susceptible de convertirse en una totalidad integral. (...) Desarrollo integral y desarrollo activo son dos fases de una sola

³² *Ibidem*, p. 45 y siguientes.

*exigencia: la exigencia de la personalidad libre. (...) desde los movimientos espontáneos de la primera infancia a la reflexión de la edad adulta, la actividad libre condiciona y constituye el desarrollo del espíritu*³³.

La libertad y la espiritualidad forman un todo único. La consciencia de libertad es una exigencia ética fundamental de la vida del espíritu. En este sentido, Rodolfo Mondolfo sentencia con contundencia, y dice que: “(...) *renunciar a la libertad es renunciar a la propia calidad de hombre*”³⁴.

Es cierto que la praxis colectiva y la individual, tienen su origen en la necesidad; no obstante, no se trata de reducir al ser humano a las necesidades físicas del comer y del beber. El concepto de necesidad esta aprehendido en la conciencia, es el sentimiento de una carencia o de un límite de donde surge la aspiración a su superación. La especie se desarrolla sobre la base del conjunto de todos los seres humanos del pasado y de los porvenires; por ello, es que la realidad concreta de los humanos – lo dice Mondolfo al comentar a Feuerbach – está en la historia. Lo que resulta imposible e ininteligible en un determinado tiempo, se hace inteligible y posible en otro sucesivo. Resulta posible e inteligible por el actuar de la actividad cognoscitiva-práctica; empero, esta actividad se ejerce en cuanto la necesidad la determina. La ausencia de límites y dificultades que se opongan a los seres humanos provocaría el cesamiento del acaecer humano³⁵.

Mondolfo hace referencia a la relación de la praxis que se invierte, esto es, el efecto que se convierte en causa, el hecho histórico que se convierte en factor de historia. Mondolfo sostiene que los resultados de la acción de los seres humanos tienden a transformarse en la condición y en la ley de la misma acción que lo ha creado; el producto tiende a dominar al productor; no obstante, el productor se negará a terminar convertido en un sujeto pasivo del desarrollo de la acción y, activamente, reaccionará y superará las condiciones que tiendan a imponérsele. De este modo, entonces, el ser humano con su acción crea condiciones nuevas, las que tenderán a dominarlo y contra las que, luego, él, tendrá que dirigir su accionar subsiguiente. A esto es a lo que se refiere Mondolfo cuando habla de la inversión de la praxis. La praxis que se invierte es la necesidad, la que se convierte de hecho naturalista en hecho histórico: “*La praxis no es un proceso objetivo, que se cumple automáticamente en las cosas; sino que está en los hombres y proviene de los hombres; estos son los verdaderos autores de la historia*”³⁶.

³³ *Ibidem*, p. 48 y siguientes. Además en estas páginas Mondolfo explica en lo que cae un ser humano si no desarrolla la totalidad de su humanidad: “*El que por la división del trabajo sea reducido a desarrollar solo una fracción de su humanidad, pierde, con la capacidad de conformarse a la naturaleza y ser verdaderamente sí mismo, la posibilidad de ser libre: no pudiendo constituir una totalidad sino en composición con otros seres igualmente fragmentarios, pierde toda posibilidad de independencia; no es más un organismo capaz de autonomía, inclusive en la unión armónica con otros, sino un simple miembro, que vive y funciona solo en cuanto parte de un organismo complejo, dependiente de todo el organismo total y de los otros miembros que lo componen*”.

³⁴ *Ibidem*, p. 70.

³⁵ MONDOLFO, Rodolfo, *Feuerbach y Marx. La dialéctica y el concepto marxista de la historia*, cit., p. 74 y 75.

³⁶ MONDOLFO, Rodolfo, *Il materialismo storico in Federico Engels*, cit., p. 280. Además Mondolfo precisa que “(...) *esta praxis conserva dos caracteres principales del concepto de Feuerbach : el primero estriba en*

Vemos, que para Mondolfo la intencionalidad y el accionar de los seres humanos no se sustancia de un fundamento real. La intención y la acción del ser humano se sustancian en el fundamento ideal del deber ser. La sensibilidad y la naturalidad material, son meros instrumentos de los que se sirve el ser humano. Cuando se constituye la subjetividad del ser humano la naturaleza y el cuerpo se tornan en elementos negativos. Naturaleza y cuerpo, son limitaciones negativas con respecto al obrar activo que realizan los sujetos para la consecución de un fin. Naturaleza y cuerpo representan insuficiencia y carencia; por ello, ambos – naturaleza y cuerpo – deberán ser desarrollados. La potencial capacidad se convierte en fuerza afanosa y en praxis, cuando se percata de su propia incumplida actuación, y allí encuentra el empuje para lograr su desenvolvimiento en la conciencia de los límites que se le oponen:

Para que la energía potencial actúe, es necesario que sea estimulada, que sienta el descontento de su estado real y la aspiración a un ideal. Aquí está la función práctica de la naturaleza frente al hombre. 'La conciencia de mundo es para el hombre la conciencia de su limitación; pero esta conciencia está en contradicción con la tendencia de la personalidad a un desarrollo indefinido'. Y puesto que el descontento surge de la conciencia de toda limitación y persiste hasta que hemos desarrollado plenamente todas nuestras facultades, así de la infinita potencialidad de la facultad humana deriva la infinidad del descontento y, por consiguiente, de la praxis. El ideal de la perfección, que nos aparece junto a las capacidades de nuestra naturaleza, se convierte en praxis³⁷.

Entonces, para Mondolfo, la praxis no es otra cosa que los atributos con los que se constituye la subjetividad; la praxis es potencialidad activa, no pasiva; la praxis es interioridad; es negatividad que hay que superar. De este modo, de la postura de la potencialidad activa del ser humano en la experiencia y en la

que, aún cuando se hable de dependencia, debemos entender esta como condicionamiento dialéctico y no causal, si es que no queremos destruir el dinamismo del proceso histórico, cuya fuente está en la actividad voluntaria de los hombres y de las clases sociales; el otro carácter es el de que, tal como ocurría en Feuerbach respecto a la necesidad, que lejos de reducirse a las puras necesidades físicas de beber y comer, abarcaba todas las aspiraciones de que proceden las múltiples formas de la actividad teórica y práctica del hombre, así ocurre en Marx y en Engels con respecto a la praxis, cuyo proceso dialéctico engendra la historia, y que no puede limitarse exclusivamente a la actividad económica, aún cuando esta permanezca siendo fundamental, tal como en Feuerbach las necesidades físicas permanecían siendo la base de todas las otras”.

³⁷ MONDOLFO, Rodolfo, *Feuerbach y Marx. La dialéctica y el concepto marxista de la historia*, cit., p. 52 y siguientes. Además Mondolfo precisa: La forma ideal “(...) es una idea que tiene en sí y en su relación y contraste con la realidad actual, la energía de la traducción en acto; es, para decirlo en una frase, una idea-fuerza. (...) ¿Cómo de tal contradicción entre ser y deber ser se llega al acuerdo? Por medio del concepto de desarrollo, que es actuación progresiva, o sea tránsito del no ser al ser en el devenir. (...) En esa concepción aparece también la existencia de la unidad íntima, de la identidad de teoría y praxis, de conocer y hacer. El conocer es praxis en sí mismo y es principio de praxis moral. (...) la existencia, que tiene por excelencia el sentimiento de sí misma y de la vida, es la de la conciencia y del pensamiento. Por eso el conocimiento es su actividad, proviene de la necesidad de sí mismo, del sentimiento de una privación, de la conciencia de una laguna por colmar, de una limitación por superar. La relación entre sujeto y el objeto es una oposición que origina un desarrollo dialéctico: el objeto, oponiéndose al sujeto como su negación, da el impulso a la afirmación del sujeto en el objeto, en lo que consiste el conocimiento y la praxis”.

naturaleza, Mondolfo pasa a sostener la potencialidad activa del ser humano en el ámbito social y en las condiciones históricas. Para Mondolfo los seres humanos no son objetos de la experiencia ni tampoco son objeto de lo económico y de lo social. Lo económico y lo social son únicamente limitaciones negativas del valor universal de la humanidad. Lo que es activo es el ser humano moral. En todo caso, lo económico y lo social son momentos internos que resultan de la acción precedente. Siendo esto así, para Mondolfo, por un lado, el ámbito de lo económico y el ámbito de lo social son exterioridades negativas, o también, se pueden entender como positivities interiores, por el otro. Si entendemos al ámbito económico y al ámbito social como exterioridades negativas, entonces estaremos frente a la definición de la praxis propiamente dicha, es decir, a la relación de limitación u oposición: “(...) *por la cual el sujeto, que en el objeto encuentra su negación y su límite, supera la antítesis en la actividad cognoscitiva y práctica. El objeto está constituido tanto por la naturaleza como por la sociedad con los otros hombres*”³⁸. Si entendemos al ámbito económico y al ámbito social como positivities interiores, entonces estaremos frente a la definición de proceso dialéctico de la praxis, es decir en el proceso de superación, de autotransformación o, mejor dicho, frente al proceso de inversión de la praxis. Estando el objeto constituido por la naturaleza como por la sociedad con los otros seres humanos, la historia de la humanidad se sintetiza en el desarrollo de esta doble relación. La historia de la humanidad se decanta en un proceso dialéctico porque que la lucha (antítesis) brota en la final conquista de la libre conciencia humana (síntesis):

*La superación de la contradicción, que constituye el triunfo del Humanismus, significa asimismo el paso del reinado de la necesidad al de la libertad por la reconciliación del género humano con la naturaleza y con sí mismo, al conquistar la conciencia de la unidad que los liga. (...) Mas si por una parte se reproduce en este punto el pensamiento de Feuerbach, por otra en la concepción del estado actual de la sociedad como un estado de combate (lucha de clases) que debe ser dialécticamente superado, se ve al mismo tiempo la influencia de los utopistas y el retorno al historicismo hegeliano. La restauración del hombre, fundada en el 'despertar de su conciencia', ya es entendida por Engels como negación de la desigualdad de clases (...)*³⁹.

Según esto entonces, la inversión de la praxis pretende identificar la unidad, la relación entre sujeto y objeto, entre interioridad y exterioridad. Es conveniente anotar que, esa forma de entender el ámbito económico y el ámbito social no llegó a ser desarrollada por el filósofo italiano Rodolfo Mondolfo.

Finalmente, luego de expuesta y analizada la información e indagación sobre los postulados de la filosofía humanista mondolfiana, es decir, luego de haber seguido las pesquisas de su desarrollo teórico e intelectual sobre la realidad, hemos alcanzado los resultados que ya advertíamos desde la hipótesis de este trabajo. Esto es, que el ser humano tiene un rol protagónico decisivo y determinante en el

³⁸ MONDOLFO, Rodolfo, *El materialismo histórico en F. Engels y otros ensayos*, cit., p. 117.

³⁹ *Ibidem*, p. 117 y 118.

desarrollo y en el acaecer histórico de nuestras sociedades. La historia es el producto de lo que el ser humano decide; dicho en otras palabras, el ser humano es el productor de la historia, luego, ella actúa sobre él en tanto su realidad que es, y si esta no le es satisfactoria o lo suficientemente satisfactoria, el ser humano vuelve a actuar sobre esa realidad, produciendo un nuevo tiempo, donde él siempre mantendrá el rol protagónico pues sin él no hay historia ni realidad de la que hablar.

6 BIBLIOGRAFÍA

- CORDERO, Néstor, "Prólogo", en Pogatschnig, Marcella, *El Otro Mondolfo. Un Marxista Humanista*, traducido por Pedro Pasturenzi; Biblos, Buenos Aires, 2009.
- FARRÉ, Luis, "El humanismo de Rodolfo Mondolfo", en *Rodolfo Mondolfo su pensamiento filosófico, histórico y social*, Instituto de Intercambio Cultural y Científico Argentino – Israeli, Buenos Aires, 1984.
- FEUERBACH, Ludwig, *Essence du christianisme*, traducido por Joseph Roy, Lacroix, Paris, 1864.
- MONDOLFO Rodolfo, *Feuerbach y Marx. La dialéctica y el concepto marxista de la historia*, traducido por M. Alberti, Claridad, Buenos Aires, 2006.
- _____. *El humanismo de Marx*, traducido por O. Caletti, Fondo de Cultura Económica, México D.F., 1973.
- _____. *El materialismo histórico en F. Engels y otros ensayos*, traducido por Roberto Bixio, Raigal, Buenos Aires, 1956.
- _____. *Entre la historia y la política*, Cajica, Puebla, 1973.
- _____. *Feuerbach y Marx: La dialéctica y el concepto marxista de la historia*, traducido por M. Alberti, Claridad, Buenos Aires, 2006.
- _____. *Historia de la filosofía. Apuntes de clase para estudiantes universitarios*, Universidad Nacional de Tucumán, Tucumán, sin año.
- _____. *Il materialismo storico in Federico Engels*, La Nuova Italia, Firenze, 1952.
- _____. *La infinitud del espíritu en la filosofía antigua*, Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, 1946.
- _____. *Marx y Marxismo*. Estudios histórico-críticos, traducido por M. H. Alberti, Fondo de Cultura Económica, México D. F., 1969.
- _____. *Origen y sentido del concepto de la cultura humanista*, Renacimiento, La Plata, 1940.
- _____. *Problemas de cultura y de educación*, Hachete, Buenos Aires, 1957.
- _____. *Problemas y métodos de investigación en la historia de la filosofía*, Eudeba, Buenos Aires, 1969.
- _____. *Rousseau y la conciencia moderna*, Eudeba, Buenos Aires, 1962.
- _____. *Sócrates*, Eudeba, Buenos Aires, 2007.
- PRÓ F., Diego, *Rodolfo Mondolfo*, Losada, Buenos Aires, 1968, tomo II, p. 96.
- SARDISCO, Ana, "Filosofía e historia en las investigaciones de Mondolfo", en VVAA., *La filosofía de Mondolfo*, Facultad de Humanidades y Artes Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 1998.
- TREVES, Renato, *Sociología del derecho y socialismo liberal*, traducido por Rafael de Asís y Luis Aparicio, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1991.